

A ética da pesquisa e a perspectiva da cartografia: algumas considerações

The ethics of research and the cartographic perspective: some considerations

La ética de la pesquisa y la perspectiva de la cartografía: algunas consideraciones

Silvia Helena Tedesco

Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, RJ, Brasil.

Resumo

A partir da conversação entre o campo da experiência e a perspectiva cartográfica, o artigo interroga a concepção transcendente e fixa da ética na pesquisa. Tendo em vista a afirmação da processualidade e do pluralismo próprio à subjetividade, pretende-se ressaltar a importância de uma orientação ética aberta e sintonizada com a singularidade dos acontecimentos envolvendo sujeitos humanos. Nesse sentido, serão priorizadas duas diretrizes de análise indicadas pela perspectiva cartográfica, a saber: a pesquisa “com”, em lugar da investigação “sobre”, e a compreensão da pesquisa como intervenção. A proposta de produção de novos conhecimentos e práticas geradas na experiência compartilhada, orientada para a invenção de novos modos de existência, permite pensar outro sentido ético que, avesso a prescrições rígidas e generalizantes, atuaria como guia face aos impasses cotidianos do campo de pesquisa em saúde mental.

Palavras-chave: Ética da Pesquisa; Perspectiva Cartográfica; Subjetividade; Saúde Mental.

Abstract

From the conversations between the field of experience and the cartographic experience, the article questions the transcendent and fixed concept of research ethics. Having in view the affirmation from the processuality and the pluralism belonging to subjectivity, we intend to highlight the need for an open ethical guidance, in tune with the singularity of events involving human subjects. In this sense, and defined by the cartographic perspective, two analysis guidelines shall be prioritized, namely: the research “with”, in lieu of the investigation “on”, and the understanding of research as an intervention. The proposal for the generation of new knowledge and new practices from the shared experience, oriented towards the invention of new ways of existence, allows us to consider another ethical sense, which, averse to the strict and generalizing regulations, would act as a guide in the face of everyday dilemmas in field of mental health research.

Keywords: Ethics of Research; Cartographic Perspective; Subjectivity; Mental Health.

Resumen

A partir de la conversación entre el campo de la experiencia y la perspectiva cartográfica, el artículo cuestiona la concepción trascendente y fija de la ética en la pesquisa. En vista de la afirmación de la procesualidad y del pluralismo propio a la subjetividad, se pretende resaltar la importancia de una orientación ética abierta y sintonizada con la singularidad de los acontecimientos involucrando sujetos humanos. En ese sentido, serán priorizadas dos directrices de análisis indicadas por la perspectiva cartográfica, a saber: la pesquisa “con”, en el lugar de la investigación “acerca de”, y la comprensión de la pesquisa como intervención. La propuesta de producción de nuevos conocimientos y prácticas generadas en la experiencia compartida, orientada para la invención de nuevos modos de existencia, permite pensar otro sentido ético que, avieso a prescripciones rígidas y generalizantes, actuaría como guía delante de las dificultades cotidianas del campo de pesquisa en salud mental.

Palabras clave: Ética de la Pesquisa; Perspectiva Cartográfica; Subjetividad; Salud Mental.

Primeiramente, cabe esclarecer a questão que este trabalho vem propor à área da pesquisa. Ela surge a partir da perspectiva cartográfica e se dirige à ética das investigações envolvendo sujeitos humanos. Trataremos de questões ético-metodológicas que tenham sido geradas no campo de investigação e que se impõem ao pensamento, nos forçando a construir uma atitude crítica face a impasses que nos são impostos pelo dia a dia de nossa prática como pesquisadores.

Evidencia-se assim a relação indispensável entre o pensamento e o plano concreto de nossa experiência num processo de afetação recíproca, de transversalidade entre os dois planos. Pretendemos mostrar como os planos, teórico e empírico, da pesquisa estabelecem entre si uma conversação, um processo de contágio ininterrupto entre ideias e gestos técnicos que exigem

desvios, mudanças no projeto, a serem realizadas ao longo de todo desenvolvimento da investigação. Visamos construir argumentação contra o estabelecimento de orientações éticas estanques, pré-fixadas, que engessam a experiência gerada no campo da pesquisa.

Nosso encaminhamento fica mais claro quando constatamos que, hoje em dia no Brasil, quando falamos de ética na pesquisa, somos remetidos, a princípio, à autorização formal que precisamos receber dos comitês de avaliação, denominados CEP (Comitê de Ética de Pesquisa), espalhados pelas universidades brasileiras. Baseados num código de ética composto de preceitos gerais, os comitês avaliam quais pesquisas merecem ser realizadas. O objetivo deste trabalho é ampliar a discussão para além dessa concepção de ética apoiada em um código fixo que vem sendo afirmado como critério

suficiente para oferecer aprovação, funcionando como crivo seletivo dos estudos direcionados à subjetividade.

O código de ética de pesquisa brasileiro, inicialmente explicitado na resolução CNS 196/96 e posteriormente, na resolução 466/12, é resultado do arranjo entre diferentes códigos já instituídos como: declaração dos direitos do homem, Organização Mundial de Saúde, Conselho Nacional de Saúde, Acordo Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (ONU, 1966/1992), código civil, código penal entre muitos outros.

Percebemos que o código de ética, embora resultante de códigos reguladores do respeito aos indivíduos (autonomia, justiça, vulnerabilidade, entre outros), constrói-se como um conjunto de normas fixas que prescrevem modos específicos de agir. Como preceitos estabelecidos *a priori* e, portanto, transcendentais a qualquer prática de pesquisa e seu contexto histórico-político, eles não levam em conta o caráter processual, inventivo, seja do estudo, seja da subjetividade.

Nosso interesse aqui não é analisar o conteúdo de cada norma estabelecida no código, ou seja, não vamos nos ater ao que diz o código, mas interrogar a existência mesma de um código regulador. Ou seja, no lugar de avaliar a adequação das recomendações, ampliaremos a discussão para desenvolver argumentação crítica dirigida à afirmação de um conjunto pré-estabelecido de normas

invariantes.

Ora, se a subjetividade é entendida como processualidade, que se efetiva na composição entre processo de subjetivação e de desubjetivação¹, é esperado que as orientações éticas dirigidas a ela possam acompanhar suas transformações. Assim sendo, a direção ética também precisa comportar historicidade, pressupor movimento de variação. Dito isso, somos obrigados a observar que o código de ética, uma vez constituído como conjunto de preceitos invariantes, desconsidera a subjetividade.

A concepção ética de pesquisa que nos interessa deveria lidar com as modulações próprias à subjetividade. Porém, vale lembrar que, se não nos serve o modelo fixo de ética, também não podemos recair na postura dicotomizante que pensa uma ética circunscrita ao simples movimento. Segundo G. Simondon (1989), seria um equívoco apoiar a dicotomia entre ética pura, que trataria do ser atemporal, com estatuto de substância individualizada, e a ética prática ou aplicada que afirmaria, exclusivamente, a velocidade das variações. Enquanto a ética pura volta-se à essência do ser, sua invariância, a aplicada estaria dirigida à dimensão secundária do ser e trabalharia as transformações, as mudanças inerentes às corupções da vida (paixões, vícios, servidão). Tal oposição não nos auxilia, pois revela serem, as duas concepções, complementares e

presas a uma mesma lógica, a da verdade invariante.

Vale pensar uma orientação ética capaz de realizar composições entre fluidez e conservação, isto é, hábil para mesclar instabilidade e estabilidade. Enfim, uma direção ética que tome o ser como série sucessiva de estados de equilíbrio metaestável (Simondon, 1989). Queremos dizer que respeitar a natureza variável da subjetividade é, pois, incitar seu movimento, é alimentar a continuidade do processo. Temos aí não uma prescrição rígida, mas uma diretriz mais ampla, uma vez que deixamos para traz o solo de normas fixas para afirmação de uma orientação mais aberta que contempla a dimensão de indeterminação da subjetividade, isto é, sua potência inventiva, produtora de modos de existência singulares. Sabemos bem que a preservação do processo de singularização, de variação, pressupõe levar em conta as circunstâncias locais, modulando-se segundo os jogos de força, só definidos na particularidade de cada momento dado (Tedesco & Rodrigues, 2012).

E ainda cabe lembrar que a orientação ética não diz respeito apenas aos efeitos dos procedimentos técnicos utilizados durante a aplicação da metodologia de pesquisa, mas diz também dos efeitos almejados pelos objetivos de cada investigação. Eis a orientação ética que deveria orientar nossas pesquisas: detectar e incitar as forças instituintes, que interrogam e des-

mancham o instituído, criando condições para fazer manter ininterrupto o processo de instituição. No caso da subjetividade, falamos da intensificação das forças de desubjetivação, que desestabilizam a forma sujeito estabelecida temporariamente, ou seja, põe em questão o conjunto de modos de existência em jogo no momento, com vistas à possibilidade de construção de outras formas de subjetividade que, do mesmo modo, serão acompanhadas e administradas pela pesquisa. Trata-se de fazer perseverar o movimento inerente às instituições e à subjetivação².

Gostaríamos, nesse momento, de continuar a análise desta questão na conversação com nosso projeto de pesquisa cujo objetivo é investigar práticas de saúde mental que inspirem construção de novas políticas de saúde mental, na perspectiva da reforma psiquiátrica, no contexto do sistema de justiça criminal³.

Reconhecemos aí a iniciativa de ampliar o âmbito da reforma psiquiátrica. O caráter tardio da inclusão dos indivíduos com transtorno mental em conflito com a lei, no movimento da reforma, aponta para o jogo de forças conservador, ainda hegemônico em nossa sociedade, que desqualifica esses indivíduos, desapropriando-os do direito de receber tratamento adequado⁴.

Constata-se, portanto, que no Brasil, grande parte dos serviços ligados à oferta de saúde mental ao sistema de justiça criminal é marcada pela lógica asilar, além de

excessivamente medicamentosa, tutelar e criminalizante, e que, sobretudo objetiva a imposição de um modelo absoluto de saúde, tendo por efeito principal a normalização, ou seja, a uniformização de todos.

Nossa proposta é tentar reagir a tal tendência e produzir desvios nessa lógica majoritária, apoiada na normalização. Refletir políticas de saúde públicas que se afastem das formas instituídas de controle, exercidas através da homogeneização da subjetividade. O objetivo será, então, detectar, acompanhar para potencializar e difundir ações de cuidado com a saúde mental que, no lugar de impor normas prescritivas de saúde, construam condições de flexibilização dos critérios de saúde mental de maneira a sustentar a possibilidade de escolha de modos de existência singulares (Rodrigues & Tedesco, 2009).

A partir desse momento, nossa análise elege duas diretrizes importantes segundo a cartografia: na primeira delas afirmamos que pesquisar é sempre pesquisar com e não pesquisar sobre, e na segunda sublinhamos que toda pesquisa realiza-se como intervenção (Passos; Kastrup; Escóssia, 2009). Estes são aspectos relevantes da cartografia que, ao contrário de focalizar objetos estáticos, volta-se para a dimensão processual. Para avançar nessa direção, seria um equívoco tomar a subjetividade como forma fixa e no isolamento de uma interioridade sempre

idêntica a si mesma, pois seu movimento só pode ser apreendido caso ela seja considerada como uma rede complexa de existência, como território existencial que se constitui a partir do atravessamento dos mais diversos vetores (econômicos, sociais, tecnológicos, midiáticos, relativos aos saberes, entre outros) (Guattary & Rolnik, 2000). A cartografia visa acompanhar as realidades subjetivas em seus momentos de transformação para intervir, fomentando o dinamismo que é próprio às redes de relações que as compõem. “Eis, então, o sentido da cartografia: acompanhamento de percursos, implicação em processos de produção, conexão de redes” (Passos et. al, 2009, p. 10). Ou ainda é importante frisar que:

Restrita à dimensão das formas, as metodologias tradicionais de pesquisa não conseguem apreender a marca mais genuína da realidade, seu processo contínuo de individuação, ou se preferirmos, seu processo de criação. O desafio da cartografia é justamente a investigação de formas, porém, indissociáveis de sua dimensão processual (Escóssia & Tedesco, 2009, p.99).

Pesquisar com e não pesquisar sobre

Segundo o olhar da cartografia, o que está em jogo na pesquisa é sua potência de invenção de mundos, sua competência em propor novas realidades. Trata-se de geri-la

como um processo de criação de outros modos de subjetivação, de novas modalidades de instituição. De acordo com essa sugestão, alicerçada no ineditismo do processo, nem os sujeitos da pesquisa e nem o pesquisador conhecem, desde o início, a trajetória completa do projeto de pesquisa. O traçado da pesquisa é construído no próprio caminhar (Kastrup, Passos, Tedesco, 2013). Consequentemente, os rumos do estudo são redesenhados localmente, vão sendo definidos ao longo de todo o processo a partir do encontro do pesquisador com o campo da pesquisa, em especial para nós, com os sujeitos da pesquisa.

A indicação da perspectiva cartográfica é estabelecer a cogestão da pesquisa, a experiência compartilhada que se efetua na parceria entre pesquisador e sujeitos da pesquisa (Bourrassa & Boudjaoui, 2012). Como nos lembra G. Monceau (2005), de simples variáveis a serem observadas, os sujeitos passam a funcionar como atores, como colaboradores, ganhando o direito de interferir sobre os encaminhamentos da investigação.

Para tal, utilizamos em nossos projetos atuais, entrevistas como dispositivo metodológico importante (Tedesco, Saad & Caliman, 2013). O projeto aqui considerado irá privilegiar a realização de entrevistas individuais e em grupo com profissionais de diferentes postos, com usuários dos serviços e seus familiares, com foco na dinâmica das relações

entre os participantes da rede de atenção à saúde mental.

O manejo cartográfico da entrevista não condiciona a validade da pesquisa ao distanciamento neutro do pesquisador em relação aos sujeitos. Diferentemente, empenha-se em construir e alimentar a experiência compartilhada entre pesquisador e sujeitos.

Seja individual ou coletiva, a entrevista não visa a simples compilação de dados, embora não desconheça que a obtenção de novas informações esteja em jogo. Difere principalmente a modalidade de informações que quer acessar. Mais do que a pura descrição de fatos, o entrevistador cuida, intervém, na direção da ativação da dimensão dos afetos, definida como um plano de forças que atravessam os participantes. Neste plano, conhecido como plano de produção, subsistem as condições de emergência da parceria de trabalho a ser estabelecida⁵. Entendida como uma conversação, ela exige construção cuidadosa, cujos procedimentos valorizam o manejo dos jogos de força presente na direção de um acolhimento transversal. Isto é, a verticalidade, posição hierárquica de comando, frequentemente estabelecida entre pesquisador e pesquisado, dá lugar a relações de transversalidade que quebram as hierarquias transformando a entrevista em um diálogo, no qual quaisquer dos participantes pode assumir, em certo momento, uma atitude ativa, normalmente delegada exclusivamente ao pesquisador. Em

vez de posicionar-se de forma diretiva ou não diretiva, o entrevistador visa construir a experiência da partilha de algo em comum. O comum, a que nos referimos aqui, não diz respeito a pontos de vista harmônicos, à concordância plena ou ao oferecimento de respostas que atendam clareza e a objetividade. Partilhar significa a existência de interesse comum pelo diálogo e, principalmente, pela pesquisa que está sendo proposta.

A entrevista, portanto, depende de um manejo especial, apoiado no respeito e valorização mútua. Não cuidar da construção do plano comum é arriscar-se a obter respostas evasivas ou mesmo falsas, comprometendo toda a investigação. O entrevistado precisa sentir-se confortável, valorizado nas suas contribuições ao estudo. E, ao mesmo tempo, espera-se do entrevistador escuta sensível a todas as dimensões do que está sendo dito. Por exemplo, em certo momento, a fala do entrevistado pode abrir brechas, nas quais emergem outras direções para a conversa-entrevista. Ou seja, uma resposta ou um comentário, uma expressão verbal ou corporal, põe outras forças em cena, e o entrevistador precisa estar apto a acolher, detectar e seguir a nova rota proposta, sem, no entanto, perder de vista o problema, ou seja, o campo problemático no qual estão ambos instalados. Ou seja, a entrevista na perspectiva cartográfica explora a experiência

comum, entendendo que é a partir dela que novos conhecimentos são construídos.

Desse modo, traz à cena, protagonismo dos sujeitos e, em especial, foca nesses efeitos o encaminhamento metodológico do estudo. Um desdobramento importante desse protagonismo dos sujeitos é o que Latour (2000) denomina recalcitrância ou resistência do objeto de estudo, entendido como a aptidão do objeto, no nosso caso o sujeito, de contradizer o que é suposto pelo pesquisador, de contestar o que acreditamos e dizemos sobre ele. A recalcitrância é bem-vinda porque atua gerando tensões, novas forças no campo que interrogam a pesquisa, que põem em análise e desestabilizam o ponto de vista do pesquisador, exigindo deste a reformulação dos rumos do projeto inicial.

Sobre a recalcitrância dos sujeitos, encontramos um exemplo de desarranjo entre a orientação ética da pesquisa cartográfica e a exigência de obediência a um código. Na prática da rede de pesquisadores, que vem se dedicando à discussão e elaboração das pistas do método cartográfico, observou-se que, muitas vezes, o manejo da recalcitrância do sujeito pode entrar em choque com preceitos do código de ética. Como relatam Sade, Ferraz e Rocha (2013) em muitas ocasiões foi notada a resistência, de muitos sujeitos, de assinar o contrato no primeiro encontro. Denominado Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, o TCLE, segundo o código de ética, deve ser assinado pelos sujeitos antes

do início da pesquisa. Contudo, em vez de tomar a recalcitrância como um obstáculo, eliminando os sujeitos recalcitrantes da pesquisa, a decisão do grupo de pesquisa tem sido de utilizá-la como um analisador⁶. Logo somos levados a reconhecer que as relações de cooperação na pesquisa não estão dadas, elas demandam muita atenção e precisam ser cuidadosamente construídas com nossos sujeitos. A norma fechada do código de ética, de entrar no campo da pesquisa somente com a permissão formal dos sujeitos, tem sido reformulada a partir da composição entre a experiência de impasse vivida no campo de pesquisa e a diretriz que aponta para a relação de cooperação com os sujeitos. O contrato (TCLE) foi substituído por um processo contínuo de contratação, realizado ao longo dos encontros da pesquisa. Substitui-se assim a assinatura formal do contrato pela contratação, trabalhando-a como movimento gradual e contínuo de construção de parcerias (Sade et Al. , 2013).

Ou seja, segundo a perspectiva cartográfica, no manejo da experiência compartilhada, emerge a relação de parceria, um plano comum de forças a recalcitrância do sujeito age não só no redirecionamento do projeto inicial, mas se expõe claramente como relevante tema da ética, do respeito e valorização dos participantes na construção de um trabalho coletivo.

Para tal cabe ouvir nossos sujeitos, desenvolver relações de parceria para melhor

deixar-se afetar e estar preparado para abrir mão de nosso ponto de vista de pesquisador, daquele que detém o conhecimento. O pesquisador implicado permite ser afetado pelo que acontece no campo empírico e possui disponibilidade para abandonar suas premissas para assim experimentar a abertura a outras perspectivas que ali circulam. Não se trata, porém, de substituir um ponto de vista, o do pesquisador, por outro defendido pelos sujeitos-protagonistas, mas deixar-se habitar pelo perspectivismo, pela multiplicação de modos de pensar e agir, para assim deixar a diversidade atuar na busca por outros pontos de vista ainda não firmados.

Diferentemente de uma atitude de combate ou de tolerância com o que diverge, a circularidade das falas fomentada na entrevista em grupo, opera não só a ampliação dos pontos de vista, mas principalmente, estabelece condições para que o processo de afetação recíproca aconteça entre eles. É bem através desse contágio que estimulamos a composição disjuntiva, a síntese heteróclita que nos encaminha para a invenção de novos pontos de vista. É no atrito, no rugoso do embate entre diferentes posicionamentos que emerge o inédito, o novo. Não seria justamente o inédito a evidência de que estamos efetivamente produzindo conhecimento?

Pesquisar é intervir sobre a realidade

Como segunda diretriz afirmamos que: toda pesquisa é uma prática de intervenção. Isto significa dizer que toda pesquisa realiza ações, modifica fatos, imprime outras direções ao mundo. Neste caso, parece-nos ser sempre necessário interrogar a direção dessas ações, a amplitude e orientação dos efeitos pragmáticos que o saber/fazer provoca.

Cabe lembrar que esta questão não teria lugar ou sentido, caso estivéssemos trabalhando exclusivamente com a concepção mais tradicional do saber. A pesquisa, na perspectiva positivista é definida pela busca da universalidade e da neutralidade, acreditando-se capaz de manter-se distanciada da realidade que estuda.

No entanto, em nossa proposta o quadro é diferente. Se admitirmos, com os estudos da filosofia pragmática de J. L. Austin (1990), que dizer é fazer, nós podemos afirmar que todo discurso sobre o mundo, incluído aquele que sustenta a pesquisa, está envolvido necessariamente na construção da realidade. Segundo G. Monceau, (1996) o próprio ao processo de conhecimento, ao ser elaborado, comporta necessariamente mudanças no mundo.

M. Foucault (1994), forte defensor do pensamento pragmático, nos lembra de que não existe saber livre ou neutro – nosso modo

de ver assim como nosso discurso sobre o mundo são práticas histórico-políticas produtoras de realidade. É no mesmo movimento que nós conhecemos e mudamos o mundo. Todo saber possui sua dimensão política, sendo preciso estar alerta para os efeitos que produz.

Uma questão, portanto, parece se impor: se pesquisar é intervir sobre a realidade, incluídos aí os determinantes dos processos de subjetivação, é possível dizer que a pesquisa dispara um gesto que poderemos qualificar de clínico. Portanto, parece ser prioritário problematizar a orientação ético-clínica de nossas pesquisas.

Tomando os estudos e os conceitos da análise institucional, com forte sintonia com a perspectiva cartográfica, distinguimos duas orientações políticas, duas tendências da pesquisa. De um lado, a pesquisa da estabilidade, que prioriza a colocação em cena da pura repetição e assim intervém na direção da preservação do instituído, oferecendo à subjetivação apenas a opção da submissão à norma, à ordem instituída. Por outro lado, a pesquisa, apoiada na ética, que ativa as forças instituintes provocadoras da desestabilização do instituído. A partir da parceria com M. Foucault e com os autores da Análise Institucional, afirmamos que a orientação ética da pesquisa pode ser validada por sua competência em intervir na promoção de desvios nos acontecimentos do mundo, de

afastá-los de sua rota regular para multiplicar os encaminhamentos, as soluções possíveis, suscitando a emergência de outras realidades, de outras modalidades de subjetivação (Kastrup et al, 2013). A postura ética do pesquisador passa a ser entendida como a atitude crítica destinada à problematização ininterrupta da orientação do poder de intervenção da pesquisa. Tomo minha prática de pesquisa atual como objeto desta análise ético-crítica.

Como dissemos anteriormente, a meta do projeto do qual tratamos nesse artigo é pesquisar estratégias de atenção à saúde mental que viabilizem o redirecionamento do tratamento para ações substitutivas à hospitalização e que ao mesmo tempo privilegiem a produção de modos múltiplos de existência, respeitando as singularidades de cada caso.

No entanto, tais objetivos entram em choque com tendências reativas do nosso contemporâneo. Para melhor entender como esse confronto se instala, vale nos determos sobre nosso objetivo e seus riscos, uma vez que a desospitalização pode não coincidir com o entendimento de saúde mental como promoção de múltiplos modos de existência.

As análises de M. Foucault, sobre as relações entre poder e controle, ressaltam que estas se exercem pela imposição de modos de existência padronizados aos indivíduos e às populações. Pois, o exercício do poder dirige-se, necessariamente, à promoção da ordem,

entendida como sinônimo de uniformidade, regularidade, identidade. Nessa direção, as singularidades, compreendidas como modos de existência desviantes dos padrões vigentes, são entendidas como anomalias, e assim, desqualificadas e classificadas como o grande perigo em relação ao qual seria preciso agir, tendo como direção a recuperação da ordem perdida através da correção. Trata-se da subordinação forçada a modelos muito gerais de saúde.

As ciências humanas e da saúde - psicologia, direito, psiquiatria e profissionais da saúde em geral - agem como técnicas auxiliares no exercício da submissão de todos a um único padrão de saúde. Estas ciências, ao proporem modelos universais, priorizam a redução da diferença, do irregular e imprevisível, tão frequente nas condutas dos indivíduos acometidos de transtorno mental. Nas distintas categorias, criadas para a organização do saber sobre os transtornos mentais, são sublinhadas as condutas anômalas a serem tratadas, as modalidades de vida que precisam passar por práticas de reabilitação. Na verdade, esses saberes servem para fornecer normas mandatórias sobre aquilo que devemos ou não devemos fazer para que escapemos ao enquadramento dentro das categorias de transtorno mental. As normas funcionam como prescrições imperiosas que, ao não serem cumpridas, justificam processos de exclusão, tratamentos para correção e recuperação do estado de norma-

lidade que havia sido perdido (Foucault, 1978).

As instituições fechadas, prisões e hospitais psiquiátricos foram e ainda continuam sendo muito úteis ao exercício da uniformização, atualizando, no espaço da reclusão, as normas geradas na interface entre saberes e poderes. O autor nos adverte que nos muros fechados da escola, da prisão e dos hospitais psiquiátricos, a tutela do espaço disponível, a gestão segmentadora do tempo e ainda outras operações disciplinares dirigidas a cada indivíduo, adestram corpos e aptidões, enquadrando-os sob um mesmo modelo invariante, universal.

O movimento da reforma psiquiátrica, regulamentado por leis e portarias pelo Estado, ao assumir esse projeto, estendeu-o a todo e qualquer indivíduo portador de transtorno mental e, portanto deveria estender-se aos autores de delito⁷. Leis e portarias indicam a desospitalização como prioridade na oferta de tratamento para saúde mental. A orientação é de que os atendimentos sejam realizados em ambulatorios e através de atividades dirigidas a reinserção social encaminhadas no próprio território existencial dos pacientes. É a Rede de Atenção Psicossocial - RAPS), constituída pelos CAPS, os SRT e tantos outros serviços substitutivos à clausura asilar.

Porém, a eliminação do confinamento como tratamento pode não ser suficiente. Uma vez que não implica necessariamente em

ações dedicadas à promoção de singularidades, à ativação de múltiplas formas de vida. A lógica da normalização também pode permear o funcionamento dos serviços de atenção à saúde mental em meio aberto. Isto porque o exercício de poder, sempre ordenador, igualmente se distribui pelos espaços das cidades, invade locais inusitados, os quais eram considerados a salvo do controle disciplinar (Foucault, 1995). Lidamos ainda com o mesmo exercício do poder que visa à submissão de todos a um único padrão, mas, agora, não mais efetivado pela via da disciplina institucional, exercida no confinamento. As paredes das instituições deixam de ser indispensáveis. Em todos os espaços das cidades, nas ruas, nas redes de comunicação, somos invadidos, seduzidos por essas verdades, por esses princípios modeladores de nossas escolhas na vida. Trata-se da sociedade de controle, com seu sistema de comunicação construído em redes capilares por onde circulam os mandos sobre como devemos agir, pensar, sentir (Deleuze, 1992).

Observa-se que a insistência da lógica da normalização age tensionando os serviços da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). Esses estão cotidianamente expostos à lógica da padronização da saúde, da homogeneização de todos, tendendo a defender um único modelo de saúde.

Tomamos a Reforma Psiquiátrica (RP)

como obra plural e em processo... a RP, a exemplo de todas as contracorrentes, caracteriza-se como figura fissípara, sendo plano de tensões, luta, embate, passível de possuir tantas faces quantas forem as resoluções assumidas por forças de correlação problemática (Fonseca, Engelman e Perrone, 2007, p.31).

O cotidiano desses serviços vive a constante tensão entre a proposta da Reforma psiquiátrica, aliada a abordagem da singularidade da vida em saúde mental, e as atitudes conservadoras que podem estar presentes em todos os envolvidos, pedindo insistentemente formas muito rígidas de controle para as populações. São os muitos pedidos diários dos familiares, pressões políticas dos gestores e da comunidade em geral que ainda confundem internação com tratamento intensivo. Portanto, devemos estar advertidos de que tanto a substituição do modelo da hospitalização quanto o abandono do prisma da normalização em saúde mental, pela rede de serviços substitutivos, consistem em movimentos sempre em construção que necessitam ser apoiados e potencializados. Sem o fortalecimento constante do trabalho das RAPS não há como assegurar mudanças consideráveis.

A oferta de saúde nesses serviços precisa ser continuamente abastecida de conhecimento técnico especializado que os deixem mais preparados para reagir às

demandas, aos posicionamentos retrógrados provenientes de diferentes esferas da sociedade, que cotidianamente chegam aos serviços e contribuem para dificultar e enfraquecer as práticas da RAPS, seja pelo apelo à internação, seja pela exigência de outros tratamentos dirigidos a uniformização dos corpos (Oliveira & Passos, 2009).

Guiados por um sentido ético pautado na criação de modos de existência singulares, percebemos como questão principal a exigência de melhor aparelhar os serviços de atenção à saúde para o enfrentamento das prescrições modeladoras, dos mandos imperativos da lógica do encarceramento e da normalização.

Ações clínicas exitosas no redirecionamento do modelo de saúde mental.

Entendemos que um dos modos de potencialização das RAPS pode acontecer através da multiplicação de novas técnicas de atendimento em meio aberto, da construção de um elenco cada vez mais amplo de estratégias terapêuticas úteis ao enfrentamento dos impasses do dia a dia de uma clínica endereçada ao portador de transtorno mental em conflito com a lei.

Vale realizar o levantamento e acompanhamento, com fins à divulgação ampla, das iniciativas que não operam apoiadas no exercício do confinamento de pacientes

judiciários em Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico (HCTP) ou em unidades prisionais e que, principalmente, recusam a imposição de uma única norma de vida e de saúde para todos⁸ São iniciativas de cuidado com a saúde mental que começam a surgir em diversos pontos do país e que promovem a desinstitucionalização e trabalham as singularidades, valorizam as potencialidades de cada caso particular.

É essa direção da proposta: detectar, fortalecer, difundir ações de atenção à saúde que não imponham preceitos universais, absolutos de saúde e, no lugar, construam condições de flexibilização e de apropriação das normas de saúde, de modo a sustentar escolhas por modos de existência singulares (Rodrigues & Tedesco, 2009). Os estudos a serem desenvolvidos visam acompanhar e intervir no fortalecimento e da visibilidade dessas ações públicas. Importa pesquisar os projetos exitosos, desviantes da maioria, muitas vezes locais, alguns ainda sem registro formal e muitos sem divulgação suficiente e que passarão a ter seus resultados positivos maximizados e divulgados com fins a sua replicação.

No entanto, lembramos que tal objetivo não poderá ser cumprido sem o exame crítico constante dos perigos éticos aos quais também estamos expostos. Falo da possibilidade de nossa captura pelo instituído, dos riscos de comprometer-se com forças políticas, de que falamos a pouco, que querem

a conservação, fomentam a promoção da saúde por meio da normalização. A orientação geral do nosso projeto de pesquisa exige o esforço ético de acompanhar, fortalecer e difundir ações clínicas exitosas, criar condições que permitam a circulação e transversalização das forças políticas em jogo e, assim, fazer perseverar a lógica da reforma psiquiátrica nos serviços da RAPS.

Consequentemente, ao seguir as duas diretrizes da cartografia, trabalhadas nesse artigo, foi possível interrogar o código de ética absoluto e mandatório que se mostra insatisfatório para a orientação ética da pesquisa, na medida em que ele gera emperramento burocrático, paralisação dos fluxos e cristalização dos processos de produção de conhecimento.

Ao contrário, o sentido ético que aqui propomos guia-nos na direção do respeito à natureza processual e inventiva da pesquisa e da subjetividade. Desafia-nos a incitar, através da experiência compartilhada de intervenção sobre o mundo, o movimento insistente de invenção de novos conhecimentos e de rumos singulares de existência.

Notas

¹ Mais a frente explicitaremos o termo.

² De acordo com a distinção proposta por Lourau (1977, p. 71-72):

"As instituições são normas, mas elas

incluem também a maneira como os indivíduos concordam, ou não, em participar dessas mesmas normas. As relações sociais reais, bem como as normas sociais, fazem parte do conceito de instituição". O instituído refere-se a "todas essas regras, normas, costumes, tradições etc, que o indivíduo encontra na sociedade". "Por 'instituinte' entenderemos, ao mesmo tempo, a contestação, a capacidade de inovação e, em geral a prática política como 'significante' da prática social" (LOURAU, 1969, p.47). O autor ressalta a articulação dessas duas instâncias no conceito de instituição. Podemos associar a ruptura com a dimensão do instituído ao processo de desubjetivação discutido por Deleuze (1988).

³ Trata-se do Observatório Nacional de Saúde Mental e Justiça Criminal criado em 2013 na UFF para acolher e fomentar pesquisas voltadas a investigações conceituais e empíricas que possam contribuir à transposição da concepção de saúde mental para o Sistema de Justiça Criminal, segundo o ponto de vista da Reforma Psiquiátrica assumida pelo SUS.

⁴ As portarias inspiradas na Reforma Psiquiátrica, ligadas à desinstitucionalização, não geraram práticas efetivas nos HCTPs (Hospitais de custódia e tratamento psiquiátrico), exceto por algumas ações pontuais.

⁵ O conceito de plano comum, como dimensão intensiva da realidade, composta de forças, carrega o que conhecemos como plano da experiência compartilhada, sendo sua compreensão essencial para a prática da perspectiva cartográfica em pesquisa. Para maior detalhamento cf Kastrup & Passos, 2013.

⁶ "Dissolver o saber instituído (efeito de 'revelador') e modificar as relações de força constitutivas das formas da representação instituída (efeito de 'catalisador'), tal é o trabalho dos analisadores" (Lourau, 2000, p. 132, p. 136).

⁷ Além da Lei 10.216/2001 que explicita o direito dos indivíduos portadores de transtornos mentais ao tratamento em meio aberto, que afirma a internação como última opção e que proíbe que esta última seja realizada em instituições com características asilares, é preciso citar também as Resoluções complementares nº. 113, de 20/04/2010 e a Recomendação nº 35, de 12/07/2011, do CNJ e as Resoluções nº 1 e nº 2, do CNPCP, de 10 de fevereiro de 2014.

⁸ Citamos, como exemplo, projetos como o Programa de Atenção Integral ao Louco Infrator (PAILI), em Goiás, e o Programa de Atenção Integral ao paciente Judiciário (PAI-PJ), em Minas gerais, que não operam apoiados no exercício do confinamento de pacientes judiciários em

Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico (HCTP) ou em unidades prisionais e que trabalham guiados pelas diretrizes da Reforma Psiquiátrica, do SUS.

Referências

Austin, J. L. (/1990). *Quando dizer é fazer*. Lisboa: Artes Médicas. (obra original em inglês 1962)

Bourassa, B., & Boudjaqui, M. (2012). *Des recherches collaboratives en sciences humaine et sociales (SHS). Enjeux, modalités et limites*. Québec: Presses de l'Université de Laval.

Deleuze, G. (1992). Controle e devir. In: *Conversações*. Rio de Janeiro: Ed. 34. (obra original em Frances 1972)

_____. (1988) *Foucault*. São Paulo: Brasiliense. (obra original em frances1986)

Foucault, M. (1978). *História da loucura*. São Paulo: Perspectiva. (obra original em Frances 1972)

_____. (1994). *História da sexualidade 2: O uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Graal. (obra original em Frances 1984)

_____. (1995). Sobre a genealogia da ética: Revisão do trabalho. In: Dreyfus, H., & Rabinow, P. *Michel Foucault uma trajetória filosófica:*

para além do estruturalismo e da Hermenêutica (pp. 41-70). Rio de Janeiro: Forense Universitária.

_____. (2004). A ética do cuidado de si como prática da liberdade. In: Barros da Motta (org.) *Coleção "Ditos e Escritos"*, Vol. V (pp. 265-287). Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Galli, T. F., Engelman, S., & Perrone, C. M. (2007). *Rizomas da reforma psiquiátrica: a difícil reconciliação*. Porto Alegre: Sulinas/UFRGS.

Kastrup, V. , & Passos, E. (2013) Cartografar é traçar um plano comum In: *Revista Fractal* 25 (2), 263-280. <http://www.uff.br/periodicoshumanas/index.php/Fractal/issue/view/5n2/showToc>

Latour, B. (2000). When things strike back: a possible contribution of science studies to the social sciences. *British Journal of Sociology*, v. 51(1), 107-203, London.

Monceau, G. (1996). L'intervention socianalytique. *Pratiques de formation – Analyses*, 32 (socianalyse et ethnosociologie), 32,83-96. Saint-Denis: Université Paris 8.

_____. (2005). Transformar as práticas para conhecê-las: pesquisa-ação e profissionalização docente, In: *Educa*

- ção e Pesquisa, 31(3), 467-482. São Paulo set./dez. <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-97022005000300010>
- Oliveira, J. A. M. & Passos, E. (2009). Novos perigos da desospitalização: controle a céu aberto nas práticas de atenção em saúde mental. In: Carvalho, S.R., Barros, E. & Feringato, S. (org.) *Conexões: saúde coletiva e políticas da subjetividade* (pp.322-34). São Paulo: HUCITEC.
- Rodrigues, C. & Tedesco, S. (2009). Por uma perspectiva ética das práticas de cuidado no contemporâneo. In: Tedesco, S. & Nascimento, M.L. (org.), *Ética e subjetividade: novos impasses no contemporâneo* (pp.74-95). Porto Alegre: Sulinas.
- Passos, E., Kastrup, V., & Escóssia, L. (Org.). (2009). *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina.
- Sade, C., Ferraz, G.C., & Rocha, J.M. (2013). A ética da metaestabilidade. O ethos da confiança na pesquisa cartográfica: experiência compartilhada e aumento da potência de existir In: *Revista Fractal*, 25(2), 281-298. <http://www.uff.br/periodicos/humanas/index.php/Fractal/issue/view/v25n2/showToc>.
- Simondon, G. (1989) *L'individuation psychique et collective*. Paris: Aubier.
- Tedesco, S., & Rodrigues, C. (2012). A ética da metaestabilidade e a direção ética da clínica. In: *Informática na Educação: teoria & prática* 15(1), 159-170. Porto Alegre.
- Tedesco S., Saad, C., & Caliman, L.V. (2013). A entrevista na pesquisa cartográfica: a experiência do dizer. In: *Revista Fractal* 25(2), 299-322. <http://www.uff.br/periodicos/humanas/index.php/Fractal/issue/view/5n2/showToc>
-
- Silvia Helena Tedesco:** Doutora em Psicologia Clínica pela PUC-SP (1999), fez pós-graduação em Análise Institucional na Universidade de Paris VIII (2008-2009). Atualmente é coordenadora do Observatório de Saúde Mental e Justiça Criminal, com o apoio do MS e SDH. Ela ensina no Instituto de Psicologia da UFF. Trabalha principalmente sobre as questões: política de saúde mental pública, método de mapeamento, de linguagem e subjetividade.
- E-mail:** stedesco@novanet.com.br
-
- Recebido em:** 12/07/2014 - **Aceito em:** 04/12/2014
-